

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se de maneira on-line, os membros da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais: Ana Lúcia Rodrigues, Carla Cristina Agulham, Carolline Pereira de Araujo Maia, Daniela Medeiros de Oliveira, Delma Regiane Furman, Leila Gonçalves de Carvalho.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais, Carolline Pereira de Araujo Maia, inicia a reunião cumprimentando todos os presentes, relatando a falta na reunião, de dois conselheiros, Luiz Carlos, que está em outra reunião e Leila, que não justificou, e inicia a reunião mesmo com a ausência dos mesmos. Explica que é necessário dar continuidade aos pedidos do Colégio Bom Jesus. Relata que na primeira reunião, como diz o regimento, deve-se escolher um Presidente e um secretário para a Câmara de Educação Infantil, deixando aberto aos conselheiros que se manifestem. A Conselheira Ana Lucia sugere a conselheira Daniela “sugiro a Daniela pois está no chão da escola.” A Conselheira Carolline comunica que está enviando mensagem para a Conselheira Carla, pois a mesma está com dificuldade na comunicação. A Conselheira Carla pede desculpas e se coloca à disposição e justifica que está no suporte da Coordenação Pedagógica e diz “tenho esse desejo também de participar mais ativamente, mesmo em especial na Câmara do Infantil.” A Conselheira Carolline solicita que as duas se coloquem para que organizem quem será presidente e quem será secretária. A Conselheira Daniella diz “Carol, infelizmente nesse momento eu não consigo, eu estou aqui, é por conta da gente que está cadastrando as crianças no SERE, como eu te falei, nesse momento eu não consigo estar participando, não como secretária, nem como presidente, mas vou estar colaborando no que eu puder, tá bom?” A Conselheira Delma diz “Eu só estou escutando a conversa e esperando, eu posso me candidatar, eu só fico com medo de sempre. O medo é não dar conta. Porque tem bastante demanda, mas se vocês me ajudarem, eu posso estar à disposição. Quer dizer, eu quero mais ajudar do que ser ajudada, mas assim, só para ir conduzindo eu dou conta sim, mas se tiver alguém que tenha interesse eu dou a frente, não tem problema.” A Conselheira Carolline reforça que todos se ajudam, mas que é necessário decidir quem será Presidente e quem será Secretária. A Conselheira Delma se disponibiliza a ser a secretária dizendo “Bom eu poderia ser secretária. Acho que a presidência poderia deixar com a Carla, que ela se manifestou primeiro e tem interesse.” A Conselheira Carolline reforça que as reuniões de Câmara devem ter foco e objetivo, e reforça que o tempo passa muito rápido, tem demanda, e que devem focar e estudar o material antes, “O material é o principal, eu noto, para reunião de Câmara render, a gente tem que estar com material na mão, lido, então, por isso que a gente tem procurado enviar, como sempre, foi enviado antes. Lido o material, estando ali a par, do que vai se apresentando ali, então é isso, e focar no qual é o objetivo da reunião, para que a gente não se perca, porque as demandas são muitas e quando a gente vê, está falando de outras coisas que não tem a ver e o tempo correndo. Todos nós temos muitas ocupações, muitas demandas em relação ao profissional, então a gente tem que focar, é só isso o meu pedido assim para as Câmaras e que eu vou falar nas outras é essa, foco, objetividade, dentro do assunto, para que a gente possa fazer render. “Questiona então, se a Conselheira Carla quer dar andamento à reunião. A Presidente Carla conduz a reunião lendo a solicitação de retenção da criança H. do Colégio Dom Bosco e diz “Os pareceres aqui, eles são contrários à retenção e aí tem um reforço muito importante, de que as terapias aconteçam, ocorram e que pede o apoio também à inclusão, que ele seja visto, que seja viável, inclusive dos documentos, diz até da importância de reter, mas segundo a visão de uma fonoaudióloga, de uma especialista então. O que a gente vem percebendo é que existe essa tentativa da área de saúde, de fazer essa amostragem, é pertinente, amostragem, mas definir na área da Educação se a criança é retida, se ela segue, se compete à Educação, então considerando que os Departamentos colocaram, a criança, ela não será retida.” Continua a leitura do relatório da criança. A Conselheira Ana Lucia questiona se não estão falando da criança H, pois a presidente Carla leu da menor J. Segue dizendo “se vocês prestarem atenção, não são iguais não, até porque, se vocês olharem vocês lado da H., que eu peguei da H., para quando estava, eu fiz análise dos dois, seguindo o que era o primeiro da H. e daí agora que eu passei para o segundo. Eu acho assim, até antes do olhar de lei e essa é uma coisa que a gente discutiu bastante, principalmente com a professora Rita Coelho, lá em Brasília. A gente também tem que ver e também como eu estudei lá em Mato Grosso, que a gente pegou um evento e, pensando bem, na questão dessas crianças de inclusão, a gente tem que ter um olhar além da legislação, mesmo que venha para o Conselho, ele está vindo para o Conselho decidir algo que a lei já está dizendo que não, mas o Conselho tem o poder de dizer: olha, essa criança até pode, ela até poderia ficar, o que eu não concordo é com a palavra retenção, porque isso realmente, essa palavra não existe para educação infantil. Não existe retenção, mesmo após a pandemia, as palavras e as questões de termos elas foram, eu vi como o segundo caso eu vejo assim, as questões dela ver aprendizagem quando a fono coloca que ela vai ter dificuldade, é realmente na questão da fala dela na alfabetização, porque ela estaria entrando no período da alfabetização, que é o primeiro ano, por isso a preocupação maior da fono. Quando se coloca assim, não quer eu concordo com você, tem muitos da área da saúde que acham que podem dizer para a Educação como é que tem que ser. Mas aí, a própria escola também se manifesta das dificuldades e eu acho que a gente tem que também pensar naquela professora que está dentro da sala de aula e tem essa criança lá, e muitas vezes não tem um profissional de apoio, e ela vai ter que dar conta dessa criança, sendo que essa criança aí, ela também poderia, já que a família está solicitando e a própria escola está solicitando que ela permaneça, a gente sabe tudo da legislação que ela poderia prosseguir, a gente sabe que tanto da questão da LDB e na questão da lei de inclusão, eles falam exatamente que as crianças devem prosseguir, garantia dos seus direitos. Mas quem disse que o direito dessa criança não é permanecer? Será que nós não estamos infringindo nesse direito, ela prolongar um tempo maior, na etapa que ela está necessitando? E ela vai prosseguir, ela não vai ter como retornar, isso porque o professor, ele vai seguir

adiante. Do primeiro ano ele vai seguir com as questões de alfabetização, enquanto que o do Pré II ele vai trabalhar outras etapas necessários para essa criança. Então assim, eu coloco só como dúvida, porque eu fiquei e eu fico com bastante dúvidas em relação a essas questões e da H. É só para lembrar que está sendo pedido para a criança não ir. Só que a criança, só que a escola está pedindo que ela seja retida no infantil IV, prestem atenção lá. Que agora já tenha fora da data corte, não tem como pular uma etapa isso já aconteceu o ano passado, eu chamei bastante atenção do Conselho. Cuidado gente, a gente estar pulando etapas aí mesmo que esteja dizendo que ela seria II. Ela está no Infantil IV e a e a própria escola está pedindo para ela ficar retida no Infantil IV, ela teria que prosseguir para o Pré I, mesmo já estando atrasada e elas não podem ficar com, um detalhe, são etapas obrigatórias, é só para chamar atenção aí nessas questões.” A Presidente Carla relata que investigou sobre a retenção e quando não é obrigatório é mais flexível, “ quando é bebê e criança é bem pequena, quando entra na seara do obrigatório, a obrigação torna da instituição, da família e do Estado de amparar essa criança, para que ela seja devidamente amparada e acompanhada e que ela tenha acesso, então se for mesmo, nas documentações, a própria clínica diz que não foi dado conta, quando você lê as conclusões, as explicações da própria clínica. Vai contando que não deram conta então a obrigatoriedade é da instituição de dar conta, desse apoio, desse plano individual. A impressão é que não houve um plano individual para essa criança que é garantida por lei. Então parece que o mínimo não foi feito dentro dessa legislação.” A conselheira Ana Lucia responde “Eu não li assim, mas eu não interpretei dessa forma.” A Presidente Carla continua “Parece que a escola não deu conta, então, isso é bem delicado. Porque acho que daí a clínica está dizendo que não houve um debruçar, da parte da escola ou das terapias então. É por isso que a gente precisa levar muito a sério mesmo a educação infantil, porque ela tem um caminhar, essa criança já estava para ser retida. A minha pergunta é de a agilidade da gente dar também essa resposta porque onde que está essa criança hoje. Ela ainda está retida no infantil quatro por exemplo esperando uma resposta do Conselho. Olha que sério daí.” A Conselheira Daniela questiona “Então, eu acho que justamente essa é a minha pergunta, a gente ali está falando que ela está no infantil IV e eles estão pedindo para retê-la no infantil IV, eu acho que essa é a maior preocupação que a gente deve ter e eu acho que a gente deve falar em partes mesmo, falando da H. é um caso diferente, da J., porque ela tem outras situações além do laudo de Tea. Ela tem a encefalopatia e tem também hidrocefalia, então é uma criança que tem outras situações associadas ao Tea. E aí também, eu não lembro quem falou ali, que veio só um laudo, no caso só da fono, mas não, tem também um relatório da unidade que ela está matriculada, até com um carimbo do Coordenador pedagógico e do diretor da escola, da diretora. Outros relatórios ali, falando da dificuldade que ela tem, mas diante de tudo isso, o mais sério, eu acho, é que ela continua no VI, ela deveria estar no Pré II e ela continua no IV. Acho que não tem essa informação. Porque eles estão pedindo para segurar lá no VI.” A Conselheira Delma diz “fiz a conferência da lista de data corte da escola do Dom Bosco e as duas, a H. não consta na turma do Pré então tecnicamente, documentalmete, está matriculada no primeiro ano e a J., ela está matriculada no Pré II, o problema é que o Dom Bosco usa uma nomenclatura diferente. Então na verdade a J. está no Pré I hoje e eles querem manter ela no Pré I, é só a nomenclatura que é diferente. Eles não usam a mesma que a nossa, então o infantil IV deles é o nosso Pré I, essa que é a confusão. Às vezes a gente tem que prestar atenção nisso também. Como a gente recebeu antes, eu fui atrás conferir, eu já tinha conferido a lista e realmente o nome da H. não consta no Pré II e o nome da J. consta no Pré II, então ela documentalmete, as duas crianças, estão matriculadas na turma certa, de acordo com a idade.” Conselheira Carolline relata que a unidade entrou em contato com o CME, aflitos, pois queriam saber onde matricular a criança, porém foi orientada a seguir a lei e aguardar a reunião do Conselho, “ Então essa criança o que eles querem é fique no pré um, que seria o pré dois pelo corte etário dela, mas que ela fique no pré um, eu pessoalmente vejo a H. igual a Dani falou ali uma criança com condições mais severas do que a J. eu entendi isso também, pelos pareceres que estão ali, uso de fralda e hidrocefalia. Eu creio que claro sem ver a criança pessoalmente é complicado a gente falar, mas pela leitura ali dos pareceres eu vejo a H. numa condição mais severa do que a do que a J. é essa impressão que para mim apresenta.” A Presidente Carla questiona “nós poderíamos pedir uma comissão também de visita à essas crianças?” A Conselheira Carolline responde “Creio que sim, só que vai postergar mais ainda a condição delas, onde elas estão. Essa é a minha aflição, eu não sei se eu tiver errada, por favor, a gente está aqui para manifestar, mas nós estamos no final de março, essas crianças ainda estão esperando, se for lá, vai voltar, a gente vai estudar, sabe essas questões, mas claro, tem como tomar uma decisão. Muitas vezes só por uma questão de tempo.” A Presidente Carla fala “não atrelado à uma resposta. Mas é uma visita mesmo.” A Conselheira Carolline relata que era comum no ano passado, nas reuniões de Câmara, solicitarem um acompanhamento, com parecer relatando a recolocação dessa criança na modalidade. A Conselheira Ana Lucia questiona “Delma pensando na nossa etapa nas nossas nomenclaturas, a H. estaria então no Pré II lá do Dom Bosco, é isso?” A Conselheira Delma responde “É a H. hoje está no Pré II e a família quer que ela fique no Pré I, na nomenclatura da escola é Infantil IV, mas para nós é Pré I.” A Conselheira Ana Lucia diz “Entendi, só queria que vocês observassem, mesmo tendo todas essas questões da H., a data de aniversário dela. Ela é nascida em doze de setembro, então mais próximo do final do ano. Mas o que me chama mais atenção é o relatório da fono que é de abril de dois mil e vinte e quatro e o da Dra. Taísa, neuro, é de abril, vinte e quatro do mês quatro. Eles não estão atualizados. Para chegar em dezembro, deveria ter outros, deveria estar atualizado então. E aí depois, só tem mesmo atualizado só o da escola. E elas fizeram em cinco de dezembro, que elas não poderiam ter entrado com esse pedido um pouquinho antes aí para o Conselho, dezembro é como se assim, vamos mandar, porque daí vai ficar para o ano que vem. Enquanto isso, a gente a mantém onde ela está. Então esse cuidado assim é importante, que a Divisão de Estrutura converse com as escolas particulares que quem

tiver pedido, que encaminhe até trinta de novembro, vinte de novembro, porque ele já tem as datas de matrícula. Eles começam em agosto as escolas particulares começam com as rematrículas e matrículas em agosto, eu sei porque eu sou profissional, eu fui profissional, sou aposentado nas escolas particulares, então em agosto, eles já começaram bem para o finalzinho. Claro que é difícil para o Conselho já inserir isso na reunião de dezembro, sendo que já seria na próxima semana. Até chegar é muito complicado e daí vem de uma forma que ali sim, a gente tem da coordenação pedagógica, a gente tem da direção, mas porque a gente não tem da professora? Faltou aí da professora também, era o mais importante, seria da professora, geralmente eles acabam deixando de fora a professora, eu sei como é que as coisas funcionam também, mas seria importante ter da professora. Essa criança então ela estaria no nosso Pré II, acredito que não tem muitas alternativas aí, se ela já avançou para II, é manter no Pré II, agora não fazer essa criança retroceder, eu acho que não faz sentido ela retroceder, sendo que isso ela já está no Pré II, se Delma, vocês já verificaram que ela está lá no Pré II e eles estão pedindo para ela retornar, eu acho que não pode mais. Porque a gente já iniciou um ano, aí ou acredito que não é bom mexer com isso. Inclusive aí para eles ficarem mais atentos com os laudos atualizados desta criança. Seria importante que ela se mantenha até poderia Carol se ela está matriculada no dois a gente não tem a preocupação de que ela vá voltar, na verdade a gente pode se atualizar nessa questão dela, pedindo assim, a gente quer saber o laudo atual da professora, pedir os laudos médicos tanto da fono e da neuro para saber se ela realmente está nesses atendimentos porque se não vier nada, é porque é bem provável que ela não esteja no atendimento, ou talvez os laudos sejam mais positivos que a gente pensa e que seja mais uma questão de que a mãe queria muito. Não tem nem a solicitação da mãe pelo que eu vi, não tem. Deveria também ter essa solicitação da família, de se manter aonde está o pedido da família, não tem um pedido da família. Então até poderia pedir o laudo, a solicitação da família que ela permanecesse, os laudos atualizados tanto da fono quanto da neuro, que são importantíssimos, e dos demais atendimentos que ela tem se ela tem quais são. Eu acho que isso é importante também pegar declaração de matrícula, porque quando chegar esses pedidos, a primeira coisa que a gente faz é pedir a declaração de matrícula, para ver se ela está matriculada na etapa correta. Porque eles podem estar dizendo para nós que está no Pré II, mas eu não sei se Delma chegou ir lá verificar, se realmente ela está no Pré II?” A Conselheira Delma responde “Aquilo que eu falei, aqui no documento a secretária, coordenadora pedagógica nos enviou o documento, ela consta na turma correta, mas é isso que eu ia até falar, na unidade a gente não sabe, porque às vezes eles podem apenas registrar essa criança documentalente, mas acabar mantendo lá na unidade, então o certo seria ir lá dar uma verificada em que turma ela realmente está.” A Conselheira Ana Lucia continua “Mas eles colocaram na etapa da matrícula, acho que aí está ok, eu acredito que aí, que não tem como. E se eles infringirem colocando no anterior, que seria no infantil IV, aí é um problema, quer dizer então que tem que verificar se ele já não fez isso, porque como ela está colocando, mantenha no infantil IV, aí tem que dar uma olhada, se já não ocorreu isso antes também. Por isso que, às vezes, é melhor dar uma olhada primeiro, aí retornar para verificar esse caso, nem que a gente tenha que ver essa semana e já se reunir de novo na segunda para fechar isso, logo antes da reunião do Pleno, como a Carol quer fechar isso antes, e eu acho que é importante mesmo, para não deixar prolongar. Eu acho que não dá para deixar para alongar alguns casos aí.” A Conselheira Carolline reforça que é provável que venha um pedido no final do ano para a criança permanecer no Pré II e não ir para o primeiro ano e diz, “mas nós podemos ir sim. A gente pode ir lá na unidade, no Dom Bosco verificar, ver qual o período que ela está matriculada para que a gente verifique.” A Conselheira Ana Lucia reforça a importância de verificar quem é a criança para depois dar o parecer. A Conselheira Delma reforça “até importante visualizar a criança, ver ela interagindo ali, porque querendo ou não, a terapeuta, o médico, tem um fragmento muito pequeno da criança, eu acho assim, a gente dá uma olhadinha de como é que ela está interagindo com os outros colegas, como é que ela está na turma inserida, talvez seria importante também ter esse olhar.” A Conselheira Carolline questiona “Seria essa condição para H., e para a J., aproveitaria? Ela está no mesmo colégio.” A Conselheira Ana Lucia questiona se a J. está no primeiro ano, e a Conselheira Delma diz “Acredito que ela está no primeiro ano porque eles mandaram a lista até o Pré II, que é o que nos compete, o nome dela não consta na turma do Pré II, então acredito que ela está no Pré I, desculpe, no primeiro ano.” A Conselheira Ana Lucia reforça “Agora assim, se as crianças já estão, é isso, também para a própria escola se organizar, se a criança já está lá no primeiro ano não fazer voltar, né gente? Pelo amor de Deus, não tem como. Até porque exatamente ela está saindo de uma etapa de um ensino fundamental, vai retornar para educação infantil, nem na própria cabecinha da criança ela vai entender isso. A gente sabe também que o primeiro ano não vai reprovar, isso a gente sabe, porque é legislação não reprova, aí vai no segundo, na questão do segundo ano, eu acho que algumas coisas precisam realmente ser revistas na nossa educação, porque aí depois que nós tivemos a LBI, aí pensar em alguns casos, seria interessante até a criança permanecer, mas ela iniciar uma etapa, como no caso ali no primeiro ano e daí ela tem que voltar para educação infantil, eu acho muito sério, muito sério com uma criança, até para família aí, que já também não só pelas questões de despesas, mas a da própria interação. Nós tivemos do ano passado, uma criança do Francisco Xavier, eu não sei se vocês lembram, que a mãe pediu, ela ficou praticamente o ano inteiro no primeiro ano, ela ficou o ano inteiro no hospital praticamente. Porque ela foi em abril e aí depois ela saiu de lá, já era setembro. E aí teve alguns atendimentos em casa domiciliar. E a mãe pedindo, queria que ela ficasse no primeiro ano. Veio para nós bem no final porque a escola encaminhou assim em dezembro para nós. Então também não foi visto e aí a gente correu para fazer no início do ano e foi o que nos coube, foi bom porque ela foi para o segundo ano. Ela se adaptou, a mãe depois veio, quando nós fizemos o parecer e a gente não foi lá, isso acho que foi um erro de verificar a criança, a gente deu o parecer de que ela então poderia ficar no primeiro ano, colocamos

vários questões da legislação, aí a mãe veio correndo conversar, trouxe a menina, dizendo que ela estava no segundo, que ela se adaptou, ela estava feliz que ela não queria voltar para o primeiro ano, mesmo à noite, assim, eu falei, cheguei a pedir na escola que ela que retirasse então meu pedido, a escola não deu esse retorno para nós. O que a gente fez? A gente anulou aí o parecer, teve que anular o parecer, levei para o Conselho, anulamos o parecer e a criança ficou no segundo ano, ela reprovou no segundo ano. Mas assim, mesmo a mãe disse que ela sabia que ela iria reprovar, mas que a questão de socialização, ela estava muito bem. Foi um diferencial, aí que a gente chegou até colocar, mas daí a própria criança, depois de estar adaptada, ela mesma veio e solicitou para ela permanecer na etapa, então eu acredito que depois de estar matriculado é bem complicado para nós fazermos uma criança retornar para etapa anterior.” A Presidente Carla reforça “para encaminhamentos, nós teremos a J., a gente faz uma votação de que a J. então permaneça no primeiro ano, é isso gente? Todos de acordo? Alguém contrário? Minha câmera está fechada, não consigo abrir mais ela do jeito que tava.” A Conselheira Carolline diz “sobre a J. o que eu entendi, mantém ela no primeiro ano.” A Conselheira Leila fala “Carol, só ali da J. também, eu tava olhando ali veio um documento de dois mil e vinte e três e um em dezembro de dois mil e vinte e quatro, então é um espaço muito grande está faltando documentações.” A Conselheira Carolline diz “A J. ela tem um parecer do Cerne de quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Eu acho que é o que eles colocam ali, não é o laudo.” A Conselheira Leila responde “Então mais um anterior a esse é de dois mil e vinte e três.” A Conselheira Carolline continua “não é o laudo que institui? Eu acho que, eu creio que é isso ali, do Paraná clínicas é o laudo, eu creio que seja o laudo que instituiu. Ali o cid, depois ele, o da J. está mais atualizado do que o da H. o da J. tem daí o relatório da clínica, ali do dia quatro de dezembro.” A Conselheira a Leila continua “Eu achei que é pouco, eu achei que tinha que ter mais coisas, mas não só do Cerne, eu achei assim, que para uma declaração de dois mil e vinte e três, e daí depois, só um parecer em dois mil e vinte e quatro é um tempo muito grande, tem outros acompanhamentos. Como que foi?” A Presidente Carla retoma “então vocês estão me trazendo assim, que para fazer um protocolo e o pedido no Conselho, sempre de trazer, nada contra o histórico da criança, mas que sempre traga logo ou diagnósticos nos relatórios atualizados. Aparecendo essa questão seja na H. como na J. a necessidade de que você vai fazer um pedido para Conselho nada impede que você traga o histórico dele para a gente entender o processo também dessa criança que vai passar pelos departamentos, mas que também os documentos atuais mesmo de como está essa criança hoje que dê visibilidade para criança hoje, seja no mínimo nos últimos três meses. No mínimo dos últimos três meses ou se vocês quiserem a gente poderia fazer algo assim também para facilitar essa compreensão esse todo da criança e do pedido que se tem.” A Conselheira Ana Lucia diz que é favorável a cada seis meses “até porque os nossos pareceres descritivos aqui dos profissionais da educação infantil são a cada seis meses.” A Presidente Carla continua “Semestral está bom para todos? É uma forma, de deixar cada vez mais atualizado para que a gente não se perca nessa visibilidade, de quem é essa criança nos espaços, seja clínico seja escola. E aí a L., no primeiro ano, com essas atualizações e acompanhamentos. E da H., fazemos o acompanhamento in loco, isso? Montamos uma comissão.” A Conselheira Carolline diz “Se gente conseguisse ir sexta agora ia ser bom. Eu posso ir, e daí dá para levar, não sei se a Delma pode acompanhar. Eu gosto muito de levar alguém da Estrutura junto, acho adequado.” A Conselheira Delma confirma e solicita apenas a verificação da disponibilidade do veículo. A Conselheira Carolline responde “Qualquer coisa eu pego o meu e vamos gente, para agilizar passo aí, pego vocês duas e, se não conseguir um carro, vamos tentar o carro primeiro, mas se não conseguir, para agilizar essa questão da criança mesmo, não é só pela reunião no Conselho, é da criança. Me angustia isso. Então a gente tenta ir amanhã, só tinha que descobrir qual o período essa criança matriculada.” A Conselheira Delma diz que irá verificar o turno e avisa. A Conselheira Ana Lucia reforça a solicitação dos laudos atualizados dos médicos, fono e da professora. A Presidente Carla reforça que é importante para realizarem a reunião extraordinária o quanto antes. A Conselheira Leila questiona “Meninas, em relação a família, tem alguma? Da família também não tem nada. A família está de acordo? A Conselheira Carolline confirma “Eu anotei aqui que a Ana falou que não tem a solicitação da família, nenhuma das duas crianças têm a solicitação da família para que ela seja retida.” A Conselheira Ana Lucia afirma só ter a palavra da coordenadora e da diretora. A Presidente Carla pede desculpas por ter trocado a ordem das crianças, e a Conselheira Leila afirma que os documentos estavam juntos. A Conselheira Carolline reforça que pode ter ido junto no momento da digitalização. A Presidente Carla agradece a participação de todas e encerra assim a 1ª Reunião Ordinária da Câmara de Educação Infantil.

Ata digitada por Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais, Carla Cristina Agulham.